**A ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS EM RECIFE:**

**ENFRENTAMENTO AO RACISMO DE MÃOS DADAS COM A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

**THE “ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS” IN RECIFE:**

**FACING RACISM WITH LIBERATION THEOLOGY**

**RESUMO**

O artigo trata sobre uma experiência de enfrentamento ao racismo ocorrida num processo formativo da Associação dos Trapeiros de Emaús em Recife-Brasil. O objetivo do texto foi, através dos conceitos de teologia, filosofia e pedagogia da libertação em diálogo com a temática racial, apresentar uma vivência de educação popular que faz parte do Movimento Emaús Internacional vinculado à teologia da libertação. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a análise documental e a pesquisa participante. O resultado foi a constatação de que os debates sobre a questão racial junto à juventude negra da periferia do Recife são sementes de processos potentes de libertação.

**Palavras-chave**: Associação Trapeiros de Emaús; educação popular; racismo.

**ABSTRACT**

The article deals with an experience of fighting racism that took place in a formative process of the “Associação Trapeiros de Emaús” in Recife-Brazil. The objective of the text was, through the concepts of theology, philosophy and pedagogy of liberation in dialogue with the racial theme, to present an experience of popular education that is part of the International Emmaus Movement linked to liberation theology. The research techniques used were document analysis and participatory research. The result was the realization that the debates on the racial issue among black youth on the periphery of Recife are the seeds of powerful processes of liberation.

**Keywords**: Associação Trapeiros de Emaús; popular education; racism.

**1 INTRODUÇÃO**

O artigo tem por objetivo apresentar uma experiência específica de educação popular, pensando na centralidade da questão racial, desenvolvida na Associação Trapeiros de Emaús. Para fazer isso, passeia pelos conceitos de teologia, filosofia e pedagogia da libertação, bem como pelo conceito de racismo e apresenta dados sobre as questões raciais. Após essa discussão teórica apresenta a história e organização de Emaús, para então centrar numa vivência específica de educação popular, que tinha como foco o combate ao genocídio do povo negro.

A metodologia utilizada foi a da pesquisa qualitativa. Conforme Goldenberg (1999), na pesquisa qualitativa a principal preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um determinado grupo social ou organização. Neste caso, os autores foram formadores na experiência analisada, participando de um projeto extensionista - daí decorre se caracterizar como uma pesquisa participante que teve como instrumento chave de coleta de dados o diário de campo. Também foi utilizada a análise documental de sites e relatórios de pesquisa

O texto segue com duas seções de debate teóricos, primeiro sobre os movimentos de libertação e depois sobre racismo e necropolítica. Em seguida há duas partes empíricas, uma contextualizando a Associação Trapeiros de Emaús e outra trazendo os resultados da experiência das aulas de formação política nos cursos profissionalizantes de Emaús com foco no combate ao racismo. É dessa forma que pretendemos demonstrar como o Movimento Emaús Internacional, a partir do caso de Recife, faz parte da tradição da teologia da libertação, que está com o povo no enfrentamento de injustiças, e nesse caso específico enfrentando o racismo estrutural.

**2 TEOLOGIA, FILOSOFIA E PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO**

Educação popular, educação de base, educação de adultos, educação fundamental, educação comunitária, educação permanente; são exemplos de nomes onde estão escondidas ideias iguais com rótulos diferentes e ideias diferentes com rótulos iguais. Alguns programas que são chamados de educação popular para o desenvolvimento se revestem de uma suposta neutralidade e de boas intenções desenvolvimentistas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é pensado de acordo com modelos que pouco tem a ver com a cultura popular local, são modelos eurocêntricos e manipuladores (BRANDÃO, 1984).

Dessa forma, em países como México, América Central, Países Andinos, alguns desses programas serviram ao projeto de ‘integração’ de grupos marginais e sobreviventes de sociedades indígenas na “comunidade nacional”. Ou seja, serviram ao fim perverso de homogeneização a partir da ideia do Estado-nação monocultural. São projetos que, até hoje, abarcam comunidades rurais e os guetos urbanos (as favelas) no sentido de “domesticá-los”, torná-los obedientes e passivos. Este tipo de educação é feita não com o povo, nem mesmo partindo do povo, mas para o povo com interesses claros e normalmente não explícitos. E os interesses são o de fazer educação de adultos que sirva para a reprodução de ideias, símbolos e hábitos sociais que preservem uma ordem social de dominação estabelecida. Outro objetivo desse tipo de educação é o da reprodução da força de trabalho popular, a qual necessita dominar os instrumentos básicos de conhecimento, ou seja, ser alfabetizada e instruída em hábitos de cidadania. Neste intuito, foram criados muitos cursos profissionalizantes:

Por toda parte, ao lado de cursos semirregulares patrocinados pelo Estado ou por entidades patronais, existe uma Babel de pequenos e grandes cursos e ensinos profissionalizantes que, ao longo da história da educação no país [Brasil], absorveram um número infinitamente maior de sujeitos subalternos do que todas as experiências de Educação Popular [...] (BRANDÃO, 1984: 30).

É assim que muitos dos cursos profissionalizantes afirmam que adotam a educação popular como pedagogia, na realidade servem para a reprodução da ordem social dominante.

No entanto existem experiências de educação popular que devem ser grafadas com iniciais maiúsculas (Educação Popular) de acordo com o Brandão (1984). Essas experiências estão preocupadas em promover uma instrução tecnológica e cultural no intuito de realizar processos políticos de transformação estrutural da sociedade (que não é justa, nem boa, nem adequada, nem solidária, nem democrática, nem quase nada do que a palavra oficial vai dizer). “Assim, do tecnológico, que oculta o político, passa-se para o político, que submete o tecnológico” (BRANDÃO, 1984: 48).

É assim que, na América Latina, a Igreja Católica, alguns setores da Universidade e vários setores organizados aprendem uma outra gramática, e comprometem o trabalho com o povo através da educação popular. A educação libertadora surge com uma lógica de contestação do regime capitalista. Os movimentos “da libertação” surgiram mais ou menos no mesmo tempo, na América Latina, também como resposta aos regimes militares.

A Teologia da Libertação foi o movimento mais conhecido e influenciou bastante os movimentos sociais na América Latina. A Teologia da Libertação é uma corrente, que envolve diversas teologias cristãs, que foi desenvolvida no Sul Global, a partir da década de 70, com o objetivo de refletir sobre a pobreza e a exclusão social, a princípio o debate sobre o racismo estava ausente nesse movimento. Paulo Freire foi influenciado por esse contexto e chama a sua pedagogia de “pedagogia da libertação”.

Partindo desta mesma lógica, surge uma corrente filosófica na América Latina denominada Filosofia da Libertação. Esta corrente nasce da reflexão sobre as várias formas de resistência à dominação realizadas na América Latina. Busca a elaboração de categorias e metodologias adequadas para a crítica filosófica de tais processos emancipadores e para a organização, de modo mais consistente, das elaborações conceituais que deles emergiam, iluminando a própria transformação da realidade concreta (MANCE, 2000: 5).

Essa corrente filosófica faz uma profunda reflexão a respeito do conceito de ética da libertação. A ética da libertação surge da crítica da ideia de uma comunidade argumentativa, defendida por Habermas. Habermas (1994) diz que é possível chegar a resultados racionais e equitativos através de um procedimento ideal para deliberação, um entendimento pelo discurso, através do agir comunicativo. O ator defende que o diálogo por si conduziria ao entendimento, já que ao se formar uma comunidade de comunicação estaríamos todos em um mesmo nível, no qual todos têm direito à fala e dever de ouvir.

Dussel (2005) afirma que esta é uma projeção ideal que não existe, pois nem todos têm direito à fala e nem todos são ouvidos. E mais, que as condições não são dadas a priori, elas se configuram em um contexto social, político, cultural e econômico. Há sempre o outro que fica fora desta totalidade pensada como totalidade. O outro periférico pode ser o Sul, a África, a América Latina, etc. Assim Dussel avança um passo importante para discutir a ética: o ponto de partida não é um a priori qualquer, mas o rosto, a proximidade do Outro que interpela (OLIVEIRA, 2006).

Assim é uma filosofia que se preocupa com o concreto. Não se conhece o Outro oprimido num plano transcendental, abstrato e metafísico. É a partir do concreto, do local, de uma cultura determinada que se encontra o oprimido. Ao dar relevo ao local a Filosofia da Libertação crítica a pretensa universalidade da filosofia tradicional.

A ética da libertação tem uma forte preocupação emancipatória e de libertação concreta de regimes políticos opressores. Nesse sentido, a relação entre a fala e a prática é fundamental. O critério de verdade é um fazer que justifica e confirma a fala e não um argumento convincente, como é na ética discursiva. “O que importa para a ética da libertação não é a verdade do argumento, mas da ação. Quem fala é responsável pela palavra que diz, e na ética da libertação o critério que o julgará é a coerência da ação” (MANCE, 2000: 29). “Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem” (FREIRE, 1996: 38).

Paulo Freire ao escrever também tinha a preocupação com a libertação dos oprimidos, com o partir do vivido e com a relação entre ação e prática. O conceito de educação popular, desenvolvido por Freire (1996, 2002 e 2006), está muito ligado ao seu objetivo político explícito de transformação social, então o educador popular está muito próximo a um ativista.

A educação popular estabelece relações horizontais, centra-se na realidade histórica concreta. A metodologia pretende ser democrática, participativa e que possibilite a reflexão, a problematização, a investigação e o questionamento. Os conteúdos da educação popular consideram o saber acumulado por cada sujeito da ação educativa e o que foi historicamente produzido, numa visão dialética e de forma contextualizada (FREIRE, 2002).

O “popular” do conceito educação popular, não tem o sentido de uma educação “para” o povo, nem simplesmente “do” povo, mas sim uma construção “com” o povo de práticas que o libertem. De acordo com Sales (1999), povo é uma situação e um posicionamento na sociedade, povo são os excluídos e aqueles que os apoiam.

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em ‘seres para outro’. Sua solução, pois, não está em ‘integrar-se’, em ‘incorporar-se’ a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se ‘seres para si’” (FREIRE, 2002: 61).

Desta forma, não se deseja a inclusão na ordem estabelecida, mas sim outra ordem.

Nesse artigo, optamos por apresentar uma experiência de educação popular que tem a autonomia como princípio metodológico e horizonte a ser vivido. No exemplo específico, a questão racial foi central. Por isso dedicamos a próxima parte do texto para refletir sobre raça e necropolítica no Brasil.

**3 RAÇA E NECROPOLÍTICA NO BRASIL**

A literatura utilizada apresenta uma fonte de pesquisa de autores que abordam o conceito de raça enquanto instrumento teórico e empírico para a análise das relações sociais. Realizaremos aqui também uma breve descrição sobre a constituição da “democracia racial” no contexto do extermínio da juventude negra, assim como as estruturas institucionais necropolítica do Estado brasileiro. Será considerado o que vem sendo dito sobre raça e necropolítica pelos teóricos, porém, na parte final do artigo será central descrever como essa temática foi trabalhada com os educandos dos cursos profissionalizantes da Associação Trapeiros de Emaús.

Existe uma narrativa amplamente difundida no Brasil que prega a inexistência da discriminação racial enquanto fonte da desigualdade entre negros e brancos no país. Mas, segundo Nascimento (1977), a sociedade brasileira, na verdade, é regida pelo mito da “democracia racial”, sendo esta a ideologia que expressa o racismo no Brasil, não tão explícito, como no caso dos Estados Unidos, e nem legalizado, como o *apartheid* da África do Sul. No entanto, ainda assim, eficaz nos campos social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade brasileira.

Esta ideologia produz uma lógica que à medida que enaltece os valores da “mistura de sangue” e do "sincretismo religioso”, mantém o controle da elite branca dos meios de comunicação, da religião, educação e economia. Desta maneira, percebe-se uma tentativa persistente em amenizar e/ou romantizar o passado histórico do Brasil, marcado, em um período de três séculos, pelo maior regime de trabalhos forçados que a humanidade já conheceu. (NASCIMENTO, 1977).

Ao contrário do que é pregado pela “democracia racial”, consideramos neste artigo a “raça” como uma realidade sociopolítica que estrutura as relações sociais, definindo o acesso ao direito basilar à vida, desta forma, afirmamos que “raça” no campo biológico não existe, mas suas implicações na vida da população negra racializada na Zona Norte do Recife/PE são determinantes. (VAGAS, 2010).

Neste sentido, entendemos o conceito de raça, enquanto, um processo de construção social, político e cultural desenvolvido nas relações sociais e de poder ao longo da história do Brasil. Não significando, em hipótese alguma, um dado da biologia. Pois é justamente no conjunto cultural que distinguimos as raças. Por estes motivos, reconhecemos a “raça” como o fator sociopolítico essencial na definição de quem morre pela violência do Estado brasileiro. (VAGAS, 2010).

Estes fatores assinalam que os arquétipos da violência homicida da Polícia Militar de Pernambuco, por exemplo, provocam a compreensão “raça” num contexto de extermínio da juventude negra, onde o corpo do jovem homem negro é colocado numa relação racial de vulnerabilidade, num lugar privilegiado da violência. (VAGAS, 2010).

Este modelo mórbido programado que atinge diretamente indivíduos em plena idade produtiva expõe o “necropoder” racial estatal nos espaços urbanos da Região Metropolitana do Recife, por este motivo, compreendemos a violência estatal como uma categoria da “necropolítica” (MBEMBE 2003), onde o Estado exerce a sua soberania sobre a vida.

Dessa maneira, consideramos a violência policial e a distribuição desigual de mortes violentas, enquanto uma forma de governança dos territórios estudados onde os alvos são os corpos negros para o controle e medo dos moradores das favelas. Esta estratégia de governança necropolítica do Estado é produzida nas intersecções de corpos racializados, geografias criminalizadas e práticas de matança policial, assim, o Estado desenha fronteiras raciais e registra a dominação sobre os corpos e as geografias através e na morte, ao mesmo tempo em que celebra a diferença racial, nos seus veículos de propagandas governamentais. (ALVES, 2013).

De acordo com o Atlas da Violência (2017), em apenas três semanas o total de assassinatos no Brasil supera a quantidade de pessoas que foram mortas em todos os ataques terroristas do mundo, nos cinco primeiros meses de 2017. Diante destes números, a população negra, jovem e de baixa escolaridade totaliza a maior parte das vítimas de homicídios. Atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras. No período, entre 2005 e 2015, houve um aumento de 17% no assassinato de jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos, correspondendo a 47,85% do total de óbitos registrados. Este aumento no número de assassinatos, em especial de jovens negros, demonstra uma naturalização deste fenômeno por parte do poder público e da sociedade civil. Além disso, foi assentado pela pesquisa que este processo se dá por fatores históricos de desigualdade no país, onde a maior parte da sociedade não se identifica com a parcela que mais sofre com essa violência.

Também se sabe que são nos estados do Nordeste onde os jovens negros correm mais risco de sofrer violência fatal, principalmente por se encontrarem em grande proporção em situação de vulnerabilidade socioeconômica e históricas. Assim, quando se analisa o movimento da violência letal, especialmente nos estados do Nordeste, percebemos um enorme abismo que separa os jovens negros do direito básico à vida. (GT Racismo - Ministério Público de Pernambuco, 2014).

Levando em consideração estes dados, em Pernambuco, por exemplo, a chance de um jovem negro ser assassinado é 11,6 vezes maior que a de um branco da mesma faixa etária (12 a 29 anos). Este é o segundo pior índice apresentado pelos estados brasileiros, atrás apenas da Paraíba, conforme o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014, feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Este cenário só vem piorando, vez que os crescentes índices da violência e da desigualdade social atingem diretamente a juventude negra demonstrando que o estado de Pernambuco tem se tornado cada vez mais perigoso para essa parcela da população e, como afirmado pelo MPPE em relatório, a solução não pode ser apenas pensada como tema de segurança pública. Essa situação é decorrente de questões sociais, culturais e históricos que precisam ser revisitadas com urgência. (GT RACISMO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 2014).

Cabe ressaltar ainda, que verificamos na Constituição do Estado brasileiro a previsão de uma Polícia Militar como força auxiliar do Exército. Ocorre que a doutrina que rege o Exército é a de combate ao inimigo. Neste sentido, a Polícia brasileira, que se encontra inserida diretamente na sociedade, utiliza desta doutrina como foco das suas ações, o que a molda a uma violência (CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS, 2016)

Mais precisamente, a presença das forças policiais nas comunidades de maioria negra é de caráter punitivo. Em regra, os moradores destes territórios têm a percepção da ação policial não como um serviço de proteção e de garantia dos direitos, mas antes, veem a Polícia como um aparato repressor e despreparado. É o que revela dados de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas UNINASSAU, encomendado pelo LeiaJá em parceria com o Jornal do Commercio: em números, mais de 80% dos recifenses não confiam plenamente nos serviços prestado pela corporação de Pernambuco. (LEIA JÁ, 2017).

Contando com a convivência e, muitas das vezes, com o apoio explícito de uma parcela significativa da sociedade, sobretudo das classes médias, a violência policial nas favelas tem se intensificado fundada em uma narrativa de combate ao tráfico de drogas. Na prática, quem morre, na sua maioria, não são os grandes traficantes, mas sim aqueles que já estão à margem da sociedade, os jovens negros. Outro elemento central é o secular estigma da população perigosa que ainda recai sobre as comunidades negras o que funciona como uma espécie de desculpa para a brutalidade policial. (CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS, 2016).

Sabendo que os jovens negros do Brasil integram as famílias com as menores rendas e o maior número de desempregados. Este contexto de pobreza, associado ao racismo institucional da letalidade policial contribuem, de forma decisiva, para o extermínio do jovem negro brasileiro. (BENTO, 2015).

Diante deste cenário, em audiência temática na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre assassinato de jovens negros no Brasil, representantes do Governo brasileiro admitiram o extermínio no país (JUSTIÇA GLOBAL, 2015). Além disso, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) vem denunciando as impunidades nos crimes cometidos por policiais e agentes de segurança no Brasil nos últimos anos. As informações são de que as ocorrências de abuso de força policial no Brasil são comuns e não recebem as devidas atenções do judiciário, legislativo e executivo do Estado (ONU, 2016).

Sobre os negros do Brasil também é importante compreender que historicamente foram rotuladas como sub-humanas ou inumanas exploradas à exaustão com intuito econômico. Desta maneira, as africanas escravizadas não tinham o direito de constituir família, cumpria o papel de reprodutora e de escrava sexual da classe dirigente portuguesa. Igualmente, por meio, da exploração sexual das mulheres negras dava-se início o projeto de clareamento da população negra brasileira, onde a elite branca nacional buscava eliminar a “mancha negra” do Brasil, processo este, que podemos considerar genocida. (NASCIMENTO,1977).

É importante elucidar que o genocídio não precisa necessariamente de assassinatos; ações que infringem a liberdade, a dignidade e a segurança de um grupo específico é o suficiente para ser qualificadas como genocídio. Por meio, desta análise, a definição de genocídio que serve como referência neste artigo é da Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, aprovada pela Resolução 260 A (III) do Conselho Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1948, tornada efetiva em janeiro de 1951.

De acordo com o Artigo II da Convenção, o genocídio é: os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

Os conceitos discutidos e os dados apresentados comprovam o racismo da nossa sociedade. Os movimentos de libertação, discutidos na segunda parte deste artigo, são caminhos de enfrentamento da realidade racista. Como empírico que comprova essa realidade, apresentamos o trabalho formativo realizado na Associação Trapeiros de Emaús em Recife. Antes de falar do caso específico analisado, faz-se necessário apresentar Emaús, sua história e suas parcerias, dando relevo para como essa entidade se vincula diretamente com a tradição da Teologia da Libertação.

**4 A ASSOCIAÇÃO TRAPEIROS DE EMAÚS EM RECIFE: UM EXEMPLO DE ONDE É POSSíVEL COMBATER A NECROPOLÍTICA ATRAVÉS DA PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO**

A Associação dos Trapeiros de Emaús em Recife é uma instituição que faz parte do Movimento Emaús Internacional, engajado há mais de 60 anos na luta por justiça social no mundo todo. O movimento internacional de Emaús foi fundado em 1949 por Abbé Pierre (sacerdote católico) na França e difundido em 42 países com mais de 350 comunidades. Tem como filosofia “Servir primeiro a quem mais precisa”.

Em Recife, a Associação foi constituída em maio de 1996 por um grupo ativo no território há diversos anos. Os Trapeiros recolhem aquilo que a sociedade não usa mais, restaurando ou transformando em outro objeto, novamente útil e acessível a um mercado composto de pessoas excluídas dos normais circuitos de consumo. Além disso, a Associação Trapeiros de Emaús em Recife tem como objetivo oferecer às pessoas de baixa renda a oportunidade de conseguir uma fonte de subsistência através de um trabalho coletivo de coleta, reciclagem, recuperação e valorização de objetos e materiais em desuso.

No Recife, a Associação é animada desde que nasceu, por Luis Tenderini, um italiano, há mais de 40 anos no Brasil, empenhado em enfrentar os problemas dos desempregados e dos mais pobres. As atividades começaram numa antiga casa do bairro do Prado, de propriedade de Tenderini, e depois transferida para o bairro de Linha do Tiro. A Associação oferece formação profissional – principalmente aos jovens – e propõe-se a compartilhar com os mais desfavorecidos e tornar concretas as oportunidades de trabalho para os jovens.

Na Associação Trapeiros de Emaús do Recife se localiza a Escola de Formação Profissional Luis Tenderini, onde acontecem os cursos profissionalizantes, bem como o galpão onde são realizadas atividades de coleta e reciclagem, bem como acontece semanalmente um bazar solidário para população do entorno.

O espaço físico de Emaús em Recife foi significativamente melhorado a partir de um projeto que aconteceu entre 2005 e 2008. O financiamento que fez a Escola Luis Tenderini ser possível fisicamente veio da Itália.

A Organização Não-Governamental (ONG) italiana responsável pelo projeto que financiou Emaús Recife se chama IPSIA. A sigla significa I*stituto Pace Sviluppo Innovazione ACLI*, ou seja “Instituto Paz Desenvolvimento Inovação ACLI” onde ACLI significa *Associazioni Cristiane Lavoratori Italiani* – Associações Cristãs de Trabalhadores Italianos. De acordo com o documento da instituição que fala sobre a sua missão, IPSIA nasceu em 1985 para transformar em iniciativas de cooperação internacional experiência e valores do associativismo popular.

Na América Latina, IPSIA está presente desde os anos 80 atuando no âmbito de formação de quadros sindicais, por exemplo. Segundo o documento da ONG: “IPSIA enxerga como sua própria missão promover processos de cooperação comunitária internacional para o desenvolvimento” (IPSIA, 2006: p.6). E ainda: “A ação social tem que ser respeitosa dos objetivos das comunidades com as quais e pelas quais trabalham, em conformidade com as prioridades que estas últimas identificam como próprias e acham que isto tem que acontecer através da participação popular ao processo de desenvolvimento” (p.5).

Nesse grande projeto que tinha como título “Economia solidária como horizonte da prática educativa”, para além de IPSIA, Emaús estabeleceu outras parcerias. O IFIL (Instituto de Filosofia da Libertação) é uma ONG de Curitiba, Paraná, sul do Brasil, que juntamente com IPSIA e com Emaús concebeu o projeto. O IFIL é uma associação civil com a finalidade de promover a reflexão filosófica com ênfase na Filosofia da Libertação, através do fomento da economia popular solidária, da educação popular, da discussão do papel da filosofia na educação, além de desenvolver atividades de ensino à distância, de pesquisa, e de diálogo interdisciplinar com outras áreas de estudos que se interessem por temas ligados à práxis de libertação.

O CTC (Centro de Trabalho e Cultura) é outra parceria importante de Emaús no Recife. O CTC teve origem em 1964 da experiência do MEB (Movimento de Educação de Base) e da Juventude Operária Católica (JOC) e foi oficialmente constituído em 1966 com o início de cursos de formação profissional dirigidos principalmente ao setor dos serviços e aos do artesanato e da mecânica. No início da década de 1970, o Centro redefiniu sua própria proposta de formação endereçando-a para os trabalhadores da indústria, principalmente através de iniciativas para mecânicos e trabalhadores das serralharias. Nesta mesma década, em resposta às necessidades e às solicitações de alunos e ex alunos, foram acrescentados novos cursos e foi elaborada uma proposta metodológica, chamada “Criação do Saber”, fundada sobre o desenvolvimento coletivo do conhecimento, na valorização da participação do aluno nos processos de tomada de decisão, no exercício da autonomia e da representação e na vivência cotidiana. Elemento característico do CTC é a educação integral dos trabalhadores, um processo de educação dos trabalhadores para a participação.

Para além desses principais parceiros da sociedade civil, Emaús recebeu apoios de setores do Estado. A formação de educadores sociais era um dos setores que a Prefeitura do Recife, na época do projeto, ou seja entre 2005 e 2008, considerava prioritário. Outra parceria importante foi Centro de Filosofia e Ciências Humanas e o Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os Centros divulgaram a proposta do projeto e a partir desta divulgação muitos estudantes de mestrado e de doutorado da UFPE passaram a ser formadores no projeto. Foi através desta parceria que uma dos autores do artigo, na altura estudante do mestrado em Sociologia da UFPE, conheceu a Associação Trapeiros de Emaús.

Esta relação com Emaús se iniciou em 2005 com o projeto financiado por IPSIA e se desdobrou em vários outros projeto. Vale ressaltar que entre 2014 e 2018, uma das autoras do artigo coordenou o projeto de extensão intitulado 'Sociologia como ferramenta de leitura crítica da realidade social' da Universidade Federal Rural de Pernambuco em parceria com a Escola de Educação Profissional Luís Tenderini. O segundo autor do texto foi bolsista de extensão do projeto no ano de 2017.

O projeto tinha como objetivo contribuir no processo formativo dos estudantes dos cursos profissionalizantes de Emaús, no sentido de promover debates sociológicos que auxiliem uma leitura crítica da realidade social e que ofereçam instrumentos teórico-práticos para a mudança social. A ideia era formar uma consciência crítica nos jovens e adultos beneficiados com os cursos, no sentido de auxiliar o desvelamento da realidade, bem como promover o engajamento dos jovens e adultos em processos de mudança social.

Os cursos profissionalizantes oferecidos por Emaús são:

## Eletricidade predial e industrial básica, Eletrônica básica, Manutenção de micros e redes e Refrigeração e climatização comercial. Todos são destinados a adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social e são 100% gratuitos. Estão de acordo com LDB 9.394/96, no seu artigo 39, § 2°, incluído pela Lei nº 11.741, de 2008. (<https://www.emausrecife.com/a-escola> )

Os cursos oferecem uma qualificação voltada para habilidades profissionais com o objetivo, principalmente de recuperação e reutilização dos objetos recolhidos pelos trapeiros[[1]](#footnote-0), para que esses materiais sejam disponibilizados no bazar semanal realizado no galpão. Na próxima parte do texto detalharemos a experiência das aulas de formação política oferecida no ano de 2017, nos cursos profissionalizantes pelo bolsista do projeto “Sociologia como ferramenta de leitura crítica da realidade”.

**5 A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO ANALISADA**

Passamos a relatar a experiência de formação que aconteceu em 2017 tendo como público alvo os educandos dos cursos profissionalizantes da Escola de Formação Profissional Luis Tenderini. Semanalmente, nas quintas-feiras, das 14h às 17h, o então estudante do curso de graduação em História e bacharel em Ciências Sociais pela UFRPE, também autor deste texto, ministrava as aulas de formação política. Utilizando do pensamento de Abdias do Nascimento (1977, p.41), o formador no projeto de extensão e agora autor deste texto, faz parte da matéria investigada enquanto negro. Desta maneira, sujeito a ação letal das forças policiais e do racismo da sociedade brasileira.

O público direto beneficiado pelo projeto foi por volta de 200 jovens e adultos, de ambos os sexos, a maioria negra, a partir dos 16 anos, pertencentes a famílias de baixa renda da comunidade de Linha do Tiro, na zona norte de Recife. Vale mencionar, que o projeto beneficiou a Escola de Formação Luís Tenderini como um todo, bem como as atividades da Associação Trapeiros de Emaús, visto que as atividades foram realizadas nesse espaço, os participantes da Associação, mesmo aqueles que não estavam diretamente envolvidos nas atividades de formação profissionalizante sentiram os efeitos de uma ação formativa que visava dar melhor instrumentos de compreensão e atuação na realidade. Da mesma forma, a comunidade na qual a Escola está inserida foi beneficiada.

As quintas-feiras, dias em que aconteciam as aulas, se constituíram como processos elementares de diálogos a respeito das estruturas sociais, onde priorizou reflexões sobre raça, necropolitica e genocidio do povo negro no Brasil .

Considerando a extensão e profundidade do extermínio da juventude negra no Recife, além disso, sabendo que a oposição ao que está posto não se esgota na obtenção de pequenas reivindicações, podemos pontuar que é necessário desconstruir todos os elementos do sistema racista vigente, inclusive a sua intelligentsia, responsável pela capa ideológica da opressão através da teorização científica. Para isso, importa “codificar nossa experiência por nós mesmos” (p. 12), sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a cosmovisão do povo negro de Recife. (NASCIMENTO,2002).

O combate ao genocídio do povo negro está atrelado a um longo processo de desconstrução de preconceitos e verdades estabelecidas e inquestionáveis que foram construídas ao longo de toda vida dos jovens participantes dos cursos. Isto posto, não se pode esperar que um semestre de reuniões semanais tenham pleno êxito num processo de desconstrução/construção; o que se pode esperar é a tomada de reflexão, haja vista o contato com questionamentos que, em muitos casos, nunca foram colocados e que visitam o “sagrado” das verdades prontas, tais como as questões raciais.

Foi encontrado certo grau de dificuldade em relação ao processo de engajamento dos jovens; a isso atribuímos, dentre outros elementos, as ocupações inerentes a esses jovens nos sentido de garantir sustento material de suas famílias. Diga-se de passagem que o que leva esses jovens a realizarem o curso profissionalizante é a possibilidade de, através do diploma, inserção no mundo de trabalho.

Sobre as atividades realizadas, foi feito um processo de diagnóstico participativo centrado numa perspectiva racial , tendo como instrumentos a cartografia crítica, o mapa mental e linha do tempo das comunidades. Essas foram as principais oficinas de diagnóstico realizadas. No primeiro semestre a turma também realizou visitas a grupos que teriam algum tipo de incidência política nas comunidades, como por exemplo, grupos de cultura popular, grupos de esporte, foram também na Ocupação Carolina de Jesus do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto ( MTST). Essas visitas foram registradas em formato de vídeos. No segundo semestre também se realizou um diagnóstico a partir dos instrumentos já citados e foi feita uma oficina de incidência política. Os educandos decidiram, coletivamente, realizar uma ação comunitária numa praça próxima a Emaús (Praça Cingapura), realizando a limpeza do local, bem como a manutenção e revitalização dos equipamentos públicos da praça.

A título de exemplo das atividades realizadas cabe citar um breve relato de uma aula de campo que aconteceu na Ocupação Carolina de Jesus:

Está vivência pedagógica, se insere no contexto de incentivar nos educandos o trabalho e a reflexão coletiva sobre o território em que vivemos. Essa visão nos possibilita perceber as conexões entre diversos problemas do nosso dia-a-dia com o objetivo de questioná-los e elaborar alternativas de resistência, organização e mudança social.

Aqui se percebe como toda a ideia dos movimentos de libertação de partir do concreto, do chão, no sentido de pensar processos emancipatórios dos que sofrem ancorados nos seus contextos específicos, está bastante presente.

As discussões feitas nas aulas possuíram um caráter interdisciplinar, haja vista que as temáticas necessitavam de uma abrangência pertencente a diversos campos do conhecimento, tais como Arte, Geografia, História, Filosofia e as próprias Ciências Sociais. A necessidade de um maior entendimento sobre os temas que seriam analisados levou, inclusive, o formador a ler abordagens que se inserem nesses campos, assimilando conceitos e, por conseguinte, repassando e construindo, quando possível, perspectivas com o grupo. É digno de nota que sem a interdisciplinaridade não seria possível a construção dos diversos diálogos.

Ressaltamos que o impacto econômico do projeto aconteceu pela contribuição das aulas para a formação desses jovens e a posterior inclusão dos mesmos no mundo do trabalho. O impacto social foi significativo na medida em que a atividade extensionista permitiu que jovens normalmente privados de tais conhecimentos, tivessem acesso a um debate qualificado sobre temas sociais de fundamental importância, com ênfase na temática racial, para um amadurecimento crítico frente ao processo histórico de construção de estruturas sociais. O acesso ao conhecimento a respeito desses temas ajuda a minimizar os impactos do genocídio do povo negro.

Para além destas contribuições, a abordagem educacional a que nos propomos tem uma importância política que questiona cientificamente o genocídio do povo negro no Brasil. Os educandos em sua maioria homens, jovens e negros em resistência podem se valer desses instrumentos educacionais para a compreensão das suas práticas e realidades sociopolíticas, assim politizando os corpos negros ceifados pelo Estado brasileiro.

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao colocar em diálogo o nosso referencial teórico com a experiência empírica vivida e analisada, verificamos que a pedagogia da libertação, praticada pelo Movimento Emaús Internacional e ancorada nos princípios e tradições da Teologia da LIbertação, é capaz de semear processos potentes de enfrentamento ao racismo.

Por meio desta compreensão, colocamos as práticas da educação popular enquanto uma antítese do genocídio, ou seja, são argumentações contra a natureza antinegra, hierárquica dos conhecimentos e políticas hegemônicas da elite branca. Dessa maneira, compreendemos que não pode haver uma estratégia política efetiva de combate ao genocídio sem uma profunda e ampla participação destes sujeitos. Diante de tais colocações, a educação popular ressalta a importância de visibilizar narrativas comuns em comunidades de maioria negra da subjugação racial por parte da brutalidade policial. Apoiando-se no desafio diário dos jovens negros em sobreviver perante um processo genocida de extermínio da juventude negra, mostrando assim não só uma geografia da morte, mas também um conjunto de conhecimentos para o enfrentamento ao racismo. (VAGAS, 2010).

Por fim, apontamos que a “dialogicidade” assume um caráter decisivo nos processos de libertação; o despertar de “sujeitos da práxis” não pode estar na persuasão, no convencimento, na “domesticação”, mas na busca constante e curiosa do ser. A dialogicidade foi praticada nos dois semestres de 2017, com duas diferentes turmas, nas aulas de formação política dos cursos profissionalizantes da Escola Luis Tenderini, a qual faz parte da Associação Trapeiros de Emaús Recife. A ênfase foi o questionamento do racismo, o que leva a uma confrontação da estrutura dominante capitalista. Dessa forma, constatamos que foi possível combater o genocídio do povo negro através de um ambiente de construção dialógica. Certamente, sementes de libertação foram germinadas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Jaime Amparo. **From Necropolis to Blackpolis: Necropolitical Governance and Black Spatial Praxis in São Paulo, Brazil**. Antipode Foundation Ltd, 2013.

ATLAS DA VIOLÊNCIA DE 2017. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017 >. Acesso em: 15 set. 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Juventude Negra e Exclusão Radical**. Políticas sociais - acompanhamento e análise, IPEA, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodriguez. **Pensar a prática**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

JUSTIÇA GLOBAL - BRASIL: Violência, pobreza e criminalização ‘ainda têm cor’, diz relatora da ONU sobre minorias. 2015 em :< <https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias/> > Acesso em 15 de setembro de 2017.

ONU. Brasil reconhece extermínio da juventude negra em audiência na OEA. 2016. Disponível em :< http://www.global.org.br/blog/brasil-reconhece-exterminio-da-juventude-negra-em-audiencia-na-oea/> Acesso em 15 de setembro de 2017.

CPI do assassinado de jovens – **Relatório final**, Brasília- DF, 2016.

DUSSEL, Enrique. “Transmodernidad e Interculturalidad: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación”. 2005. Disponível em: <<http://www.afyl.org/transmodernidadeinterculturalidad.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

ESCOLA EMAÚS RECIFE. <https://www.emausrecife.com/a-escola>. 2020. Acesso em: 10 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação com prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GT Racismo - Ministério Público de Pernambuco, Número 36 Edição Especial Publicação bimestral, 2014.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, cap. VII e VIII, 1994.

IPSIA – Brasil. Missão de IPSIA. documento consultado. 2006.

Mais de 80% dos recifenses não confiam plenamente na PM. Disponível em : < <http://www.leiaja.com/noticias/2017/08/16/mais-de-80-dos-recifenses-nao-confiam-plenamente-na-pm/> > Acesso em 27 de novembro de 2017

MANCE, Euclides André. “Uma Introdução Conceitual às Filosofias de Libertação”, **Revista Libertação-Liberación**, Nova Fase - Curitiba, IFiL, Ano 1, N.1, p.25-80, 2000.

MBEMBE, Achilles. **Necropolitics**. Public Culture, Duke, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. 2 ed. Brasília/Rio: Fundação Cultural Palmares; O.R. Editora, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, p. 19- 123, 1977.

OLIVEIRA, Eduardo (org.). **Ética e movimentos sociais populares: práxis, subjetividade e libertação**. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

SALES, Ivandro da Costa. “Educação popular: uma perspectiva, um modo de atuar (Alimentando um Debate)”. In Afonso Celso Scocuglia e José Francisco de Melo Neto (org.) **Educação Popular - Outros Caminhos**; João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

VAGAS, João Costa. **A Diáspora Negra como Genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma Geografia Supranacional da Morte e suas Alternativas**. Revista da ABPN, v. 1, n. 2, p. 31-65 – jul.-out. de 2010.

1. Os trabalhadores e participantes da Associação Trapeiros de Emaús se chamam assim. [↑](#footnote-ref-0)